

ARGUMENTOS E PRINCÍPIOS PARA ORIENTAR O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO E AVANÇARMOS RUMO A UM ENFOQUE TERRITORIAL

Pedro Luís Büttenbender

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - pedrolb@unijui.edu.br

Valdir Roque Dallabrida

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – valdirdallabrida@gmail.com

Sessão Temática 02: Desenvolvimento Regional: políticas, escalas e ações

Resumo: O debate do tema desenvolvimento local, regional ou territorial, tanto na academia quanto na sociedade, é realizado seguindo a orientação de diferentes bases epistêmico-teóricas, predominando ainda visões que se aproximam da noção de crescimento econômico. Por mais que narrativas ou teses inovadoras tenham sido apresentadas nas últimas décadas, a exemplo de contribuições de alguns laureados com o Prêmio Nobel de Economia, entende-se ser necessário avançar. Assim, com o propósito de apresentar visões sobre desenvolvimento que representem avanços no debate, sistematiza-se contribuições de autores laureados e de enfoques sistêmicos e interdisciplinares convergentes com o enfoque territorial, complementando com uma concepção sustentada em princípios, tais sejam, a sustentabilidade, o bem comum e a felicidade. Além do caráter ensaísta do texto, revisa-se a literatura, resumindo contribuições de autores contemporâneos. Nas considerações finais, são prospectados avanços possíveis.

Palavras-chave: Território, desenvolvimento territorial, bem comum, sustentabilidade, interdisciplinariedade.

ARGUMENTS AND PRINCIPLES TO GUIDE THE DEBATE ON DEVELOPMENT AND MOVE TOWARDS A TERRITORIAL APPROACH

Abstract: *The debate on the topic of local, regional, or territorial development, both in academia and in society, is conducted following the guidance of different epistemic-theoretical bases, with views that are close to the notion of economic growth still predominating. Although innovative narratives or theses have been presented in recent decades, such as the contributions of some Nobel Prize winners in Economics, it is understood that progress is necessary. Thus, with the purpose of presenting views on development that represent advances in the debate, contributions from award-winning authors, and systemic and interdisciplinary approaches that converge with the territorial approach are systematized, and complemented by a conception supported by principles, such as sustainability, the common good, and happiness. In addition to the essayistic nature of the text, the literature is reviewed, summarizing contributions from contemporary authors. Possible advances are prospected in the final considerations.*

Keywords: Territory, territorial development, common good, sustainability, interdisciplinarity.

ARGUMENTOS Y PRINCIPIOS PARA ORIENTAR EL DEBATE SOBRE EL DESARROLLO Y AVANZAR HACIA UN ENFOQUE TERRITORIAL

Resumen: *El debate sobre el tema del desarrollo local, regional o territorial, tanto en la academia como en la sociedad, se realiza siguiendo la guía de diferentes bases epistémico-teóricas, predominando aún visiones cercanas a la noción de crecimiento económico. Por muy innovadoras que se hayan presentado narrativas o tesis en las últimas décadas, como los aportes de algunos premios Nobel de Economía, se entiende que es necesario avanzar. Así, con el propósito de presentar visiones sobre el desarrollo que representen avances en el debate, se sistematizan aportes de autores premiados y enfoques sistémicos e interdisciplinarios que convergen con el enfoque territorial, complementándolos con una concepción basada en principios, como la sostenibilidad, el bien común, y felicidad. Además del carácter ensayístico del texto, se revisa la literatura, resumiendo aportes de autores contemporáneos. En las consideraciones finales se exploran posibles avances.*

Palabras clave: Territorio, desarrollo territorial, bien común, sostenibilidad, interdisciplinariedad.

INTRODUÇÃO

Nas abordagens sobre os temas desenvolvimento local, regional ou territorial, tanto na academia quanto na sociedade, predomina ainda a orientação de diferentes bases epistêmico-teóricas, cujas visões que se aproximam da noção de crescimento econômico. Constata-se que farta literatura segue explorando a complexa temática, tomando por referência abordagens disciplinares, e a partir delas, realizando perspectivas analíticas sobre o contexto mais amplo¹.

Recentemente, vem sendo apresentadas abordagens com elementos inovadores, a exemplo da contribuição de autores laureados com o Prêmio Nobel de Economia, nas quais novos fatores propulsores são propostos. Mesmo assim, são necessários avanços no sentido de superar a visão clássica de desenvolvimento, evoluindo para concepções sistêmicas e multidisciplinares.

Neste sentido, pretende-se contribuir no debate do tema, sistematizando contribuições de autores laureados e de outros enfoques alternativos, finalizando com uma visão sustentada em princípios balizadores convergentes com a acepção sobre desenvolvimento territorial, tais sejam, a sustentabilidade, o bem comum e a felicidade.

Em termos metodológicos, além do caráter ensaísta do texto, revisa-se a literatura, resumindo contribuições de autores contemporâneos, fundamentando-se em uma pesquisa descritivo-analítica, tendo como referência uma abordagem qualitativa.

São apresentados na sequência, seção dois, as contribuições de autores laureados (ou lembrados) para o Prêmio Nobel de Economia, com suas principais teses, além das críticas da academia sobre as mesmas. Na seção três sintetizam-se abordagens sistêmicas e/ou interdisciplinares sobre desenvolvimento, convergentes com o enfoque territorial, destacando: paradigma biorregional, do biorregionalismo ao ecoterritorialismo; a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento; a abordagem sobre cesta de bens e serviços territoriais e a renda de qualidade territorial; o ecomarxismo; o ecofeminismo; o enfoque sobre *buen vivir*; o enfoque sobre ecovilas; e a contribuição de Vandana Shiva. Na seção quatro, propõe-se um enfoque sobre desenvolvimento orientado em princípios. Por fim, as considerações finais e as referências.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORES LAUREADOS (OU LEMBRADOS) PARA O PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA

Entre os autores laureados com o prêmio Nobel de Economia, ou lembrados para tal, estão Douglass North, Amartya Sen, Joseph Stiglitz, Elinor Ostrom, Daron Acemoglu e Thomas Piketty. Suas obras, estão entre as mais referidas, quando se procura entender quais as razões que explicam o sucesso socioeconômico de um grupo de países, chamados de “desenvolvidos”, enquanto outros mantêm-se historicamente entre os que concentram baixo crescimento econômico e alta incidência de pobreza, por isso, chamados de

“subdesenvolvidos”. Há ainda outro grupo de países que se situam entre esses dois extremos, apresentando significativos níveis de crescimento econômico, no entanto, mantendo uma extrema dependência política e econômica com o primeiro grupo, nominados “emergentes” (Dallabrida, 2017).

As teses e/ou narrativas dos autores acima listados são consideradas inovadoras, se considerarmos outras mais radicais focadas na defesa do liberalismo econômico, a exemplo, de: (i) *Friedrich Hayek*, economista austríaco, conhecido por seu trabalho na defesa da economia de mercado, sustentando que a intervenção do governo na economia leva à tirania e que apenas um sistema de mercado livre pode garantir a liberdade individual; (ii) *Milton Friedman*, economista da Escola de Chicago, conhecido por sua defesa do capitalismo e do livre mercado que, defendendo que a liberdade econômica é um pré-requisito para a liberdade política e social, propõe a redução do papel do governo e medidas como a monetização da economia, além da privatização de serviços públicos.

As obras dos autores mencionados aportam contribuições importantes nas suas narrativas, teses ou argumentações, para avançarmos na orientação do debate sobre desenvolvimento. Assim, é detalhado um resumo de contribuições, transcrito no quadro 1.

Quadro 1- Principais obras e teses de autores sobre desenvolvimento, com as críticas

Autor(a)	Publicações centrais	Argumentos/teses	Críticas à sua obra
Douglass North	Structure and change in economic history (1981) Institutions, institutional change, and economic performance (1990)	As instituições formais e informais, são fundamentais para o crescimento econômico ao facilitar a cooperação e reduzir os custos de transação. O crescimento econômico de longo prazo depende de instituições que incentivem a inovação e a proteção dos direitos de propriedade, ao mesmo tempo que reduzem a incerteza nas interações econômicas.	A principal crítica refere-se ao fato de atribuir um peso excessivo às instituições na explicação sobre desenvolvimento, constituindo-se em um determinismo institucional, dando pouca atenção à cultura, além de subestimar as influências políticas e ideológicas. Sua ênfase nas instituições, embora inovadora, pode simplificar excessivamente a complexidade dos processos econômicos, sociais e políticos que influenciam o crescimento econômico e/ou desenvolvimento.
Amartya Sen	Development as freedom (1999) The idea of justice (2009)	O verdadeiro desenvolvimento não se resume apenas ao crescimento econômico, mas resulta da expansão das liberdades que as pessoas desfrutam, sendo avaliado pela capacidade das pessoas de viver a vida que desejam. A pobreza não é apenas a falta de renda, mas uma privação de	As principais críticas ao autor giram em torno da complexidade e aplicabilidade prática de suas ideias, da indefinição de um ideal claro de justiça e da sua visão liberal, que, segundo críticos, não desafia suficientemente as estruturas de poder globais. No entanto, Sen defende que essas abordagens são escolhas deliberadas

		liberdades fundamentais, como acesso à educação, saúde e participação política. O progresso econômico é importante, mas ele só tem valor se aumentar as liberdades e capacidades humanas.	para tratar questões práticas e focar nas necessidades concretas das pessoas.
Joseph Stiglitz	Globalization and its discontents (2002) The price of inequality (2012)	A globalização, quando mal gerida, tem contribuído para o aumento da pobreza e da desigualdade, especialmente nos países em desenvolvimento. FMI e o Banco Mundial, têm imposto políticas de austeridade e liberalização que muitas vezes servem aos interesses das economias avançadas, mas prejudicam as economias emergentes. As desigualdades e a concentração de renda representam um obstáculo ao crescimento econômico sustentável, defendendo políticas que promovam maior equidade, como a tributação progressiva, melhores salários e investimentos em educação e saúde.	A principal crítica ao autor vem de economistas e defensores das políticas econômicas mais ortodoxas ou neoliberais, pelo entendimento de que políticas, ao envolverem maior intervenção do Estado na economia, podem prejudicar ou reduzir incentivos à inovação, à produtividade e ao investimento privado, resultando em menor crescimento econômico. Críticos acreditam que ele subestima os benefícios que a globalização trouxe, pois, reformas e políticas defendidas por instituições internacionais muitas vezes ajudaram a estabilizar economias em crise, promovendo a integração econômica global. Essas críticas refletem uma tensão entre economistas que favorecem uma abordagem mais baseada no mercado e os que, como Stiglitz, enfatizam as falhas de mercado e as injustiças sociais que podem resultar da falta de regulação e proteção social adequadas.
Elinor Ostrom	Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action (1990) Understanding institutional diversity (2005)	A autora, contesta argumentação de Garrett Hardin ("A tragédia dos bens comuns"), o qual sustentou que os utilizadores de um bem comum ficam aprisionados num sistema que acaba por ser fatalista na medida em que a degradação dos recursos naturais, dos quais dependem, é uma consequência inevitável, tese que até foi aceita por alguns cientista e administradores. Ostrom apresenta uma nova forma de gerir recursos comuns de modo sustentável, defendendo que as	Dentre as críticas, está a argumentação de que os princípios identificados por Ostrom nem sempre funcionam em todos os contextos e podem ser difíceis de aplicar em situações que envolvem grandes populações ou recursos que atravessam fronteiras políticas e econômicas. Outros argumentam que Ostrom subestimou o papel necessário do governo e dos mercados na regulação de recursos em larga escala, pois onde há muitos interessados, a regulamentação estatal ainda é fundamental para garantir o uso

		peças são capazes de se organizar e administrar de forma responsável os recursos dos quais dependem. Com base em estudos, Ostrom concluiu que os resultados, neste tipo de gestão, são mais eficientes que o previsto pela teoria de Hardin, e que nessas comunidades o comportamento dos agentes distancia-se do egoísmo e individualismo por ele defendido. Coloca em questão soluções universais para problemas complexos de desenvolvimento, destacando a importância de adaptar as estratégias de acordo com o contexto local, alertando que diferentes condições e culturas exigem abordagens personalizadas e que a governança descentralizada pode ser mais eficaz do que políticas centralizadas, dando relevância à confiança, à comunicação e ao monitoramento mútuo para o sucesso de práticas de governança coletiva.	sustentável e justo, além de desconsiderar o custo e a complexidade de manter uma cooperação duradoura, especialmente onde há maior mobilidade populacional e menos engajamento comunitário.
Daron Acemoglu	Economic origins of dictatorship and democracy (2006) Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza (2012)	O desenvolvimento de longo prazo é amplamente determinado pela qualidade das instituições de um país, se mais inclusivas (influindo positivamente) ou se mais extrativas (negativamente). A mudança institucional não ocorre naturalmente, sendo necessário incentivar a inclusão, pois as elites se beneficiam das instituições extrativas. Assim, a regulação da dinâmica política e dos conflitos de interesse desempenham um papel crucial no desenvolvimento.	Historiadores argumentam que suas explicações não capturam adequadamente as peculiaridades históricas de diferentes regiões e épocas, aplicando suas teorias de maneira excessivamente generalista, além de subestimar o impacto dos fatores externos, como a globalização, o colonialismo e a interferência estrangeira, em um mundo cada vez mais interconectado. A ênfase excessiva nas instituições políticas e econômicas como o principal fator para explicar o sucesso ou fracasso de nações, torna a abordagem institucional reducionista, negligenciando fatores geográficos e culturais. Ainda, fica a dúvida, não esclarecida adequadamente: como

			transformar instituições extrativas em inclusivas?
Thomas Piketty	O capital no século XXI (2013) Capital e ideologia (2019)	Defende que a História demonstra que o capitalismo, sem regulação, naturalmente, gera a concentração de riqueza ao longo do tempo, ampliando a desigualdade. Para superar, defende um imposto global sobre o capital, a fim de redistribuir a riqueza e conter os efeitos da concentração excessiva. A desigualdade não é apenas o resultado de forças econômicas, mas também de sistemas ideológicos que a legitimam, sugerindo reformas mais radicais e progressistas, como a criação de uma "herança mínima universal".	Entre as principais críticas estão: a maior atenção dada à distribuição de riqueza do que à sua criação; não aborda suficientemente a eficiência do capital no aumento da produtividade econômica e na melhoria dos padrões de vida; soluções propostas consideradas radicais ou impraticáveis; sua ênfase na desigualdade como o fator chave do desenvolvimento econômico; suas propostas de políticas são vistas como utópicas. Mesmo assim, sua obra continua a ser uma referência fundamental no debate sobre desigualdade econômica e política. Piketty utiliza uma vasta quantidade de dados históricos para sustentar sua tese sobre a crescente concentração de riqueza ao longo dos séculos, no que alguns questionam a precisão e interpretação.

Fonte: Elaboração própria, baseada em fontes disponíveis virtualmente e em sínteses dos principais livros dos autores mencionados.

Tratam-se de teses ou argumentos importantes, no entanto, pouco avançam, além de propor alternativas para reorganizar o padrão de desenvolvimento dominante. Mesmo assim, destacam-se por superarem visões sustentadas exclusivamente nas premissas centrais do liberalismo econômico.

CONTRIBUIÇÕES SISTÊMICAS E/OU INTERDISCIPLINARES SOBRE DESENVOLVIMENTO, CONVERGENTES COM O ENFOQUE TERRITORIAL

São mencionados na sequência as principais correntes teóricas que apresentam significativa convergência com a abordagem territorial do desenvolvimento, ou enfoque territorial, contemplando uma rápida síntese e alguns indicativos de leitura (Dallabrida et al., 2024a; Dallabrida et al., 2024b). Considera-se essas, como contributos teóricos fundamentais, oriundos de diferentes áreas do conhecimento, além da Economia, que constituem uma base profícua rumo a uma concepção de desenvolvimento sistêmica, multidisciplinar e fundada na perspectiva territorial.

Estes enfoques, ainda são vistos pela sociedade, pelos administradores e até por parcela significativa da academia, como “alternativos”, ou seja, um conjunto de saberes que fazem

parte da “contracultura”. Sociologicamente falando, trata-se de saberes que desafiam os padrões culturais dominantes, neste caso se referindo ao entendimento sobre desenvolvimento. Outro termo que poderia ser utilizado para se referir a esses enfoques é o de “saberes dissidentes”, uma postura contrária ao *status quo*, que desafia ou rejeita o *mainstream*, enfim, se propõem ir além da visão clássica de desenvolvimento.

PARADIGMA BIORREGIONAL: DO BIORREGIONALISMO AO ECOTERRITORIALISMO

Epistemologicamente a noção de Biorregionalismo sintetiza uma relação integrativa e histórica da humanidade com o ambiente. Segundo a literatura sobre o tema, foi Peter Berg quem, na década de 1960, cunhou o termo “*Bioregionalism*”, para se referir a uma ecologia das interações humanas com o lugar (ambiente), considerando suas especificidades biorregionais (Silva, 2023). Já Ecoterritorialismo, é uma expressão gestada em estudos e pesquisa/ação realizados na Escola Territorialista Italiana a partir da década de 1990. Segundo essa noção, o território e sua patrimonialização são considerados centrais, como alternativas aos processos de desterritorialização e urbanização hegemônica, promulgados pela globalização econômico-financeira como opção, no planeta Terra. O prefixo “eco” denota a prioridade dada à questão ecológica, às relações entre humanos e não humanos, seres vivos e não vivos, nos processos de regeneração dos lugares do mundo que estamos tentando ativar (Silva, 2024).

Magnaghi (2020), um dos principais propositores da noção do paradigma biorregional, afirma que o território é o “bem comum” por excelência, envolvendo cidades – pequenas, médias e grandes –, aldeias e vilas, sistemas agroflorestais e ambientais, infraestruturas urbanas e rurais. Assim compreendido, o território se constitui num verdadeiro ser vivo, cujos genes, personalidade e beleza são o resultado de processos coevolutivos entre o assentamento humano e o ambiente sedimentado ao longo da história.

O princípio territorial proposto por Magnaghi (2020) dialoga com uma perspectiva interdisciplinar e com uma ação territorial multiautores. Ao apontar esta perspectiva, o autor propõe “regressar ao território”, como um ato político, sendo o seu planejamento orientado por novas formas de “democracia comunitária”, como uma saída possível para superar o divórcio entre natureza e cultura, que nos levou à alienação representada pelo crescimento ilimitado. Conclui o autor, reafirmando a necessidade de crescimento da “consciência do lugar”, a qual vai do reconhecimento coletivo dos valores patrimoniais à integração das culturas hidráulica, ambiental, urbana, agroflorestal, energética e produtiva num projeto biorregional, constituindo-se assim em importante indicativo para orientar a construção de uma futura “civilização ecoterritorialista”.

No âmago do paradigma biorregional, vários eixos temáticos convergem com o enfoque territorial do desenvolvimento, ou abordagem territorial, tais como: da região natural à biorregião, planejamento biorregional, serviços ecossistêmicos, ecologia humana, paisagismo sustentável, geodiversidade e agroecossistemas, patrimônio e patrimonialização territorial,

vulnerabilidades socioambientais, alternativas ao colapso ambiental, mosaicos de áreas protegidas, entre outros.

O tema patrimonialização é tratado com diferentes enfoques. No entanto, sua maior aproximação com o tema abordagem territorial do desenvolvimento, ocorre na medida em que se constitua num processo de atribuição de valor e reafirmação do sentimento de pertencimento coletivo, contribuindo na tessitura dos territórios, reafirmando sua dimensão identitária (Di Méo, 2014), envolvendo tanto a caracterização patrimonial do território, quanto a caracterização territorial do patrimônio (Martínez Yáñez, 2008), servindo assim de estímulo à solidificação e evolução dos sistemas territoriais de produção.

Para o estudo do tema Paradigma Biorregional, a exemplo de abordagens sobre Biorregionalismo e Ecoterritorialismo sugere-se referências como: Magnaghi (2023); Martins, (2017); Marzocca (2013); Poli (2023). A abordagem sobre mosaicos de áreas protegidas no Brasil, fazendo parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, também converge com o Paradigma Biorregional (Martins, 2023). Tais enfoques são contribuições importantes, dedicando uma maior atenção ao território e às pessoas que nele residem, além de um maior respeito à natureza, tendo como perspectivas orientar-nos a pensar menos em “regiões” e mais em “biorregiões”.

A TEORIA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO

A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento (SSP) tem entre seus principais autores Hassam Zaoual (2010; 2006), Latouche, Nohra e Zaoual (1999) e Panhuys (2006). Para Thiollent (2003), a teoria articula conhecimentos da filosofia, da economia e das ciências sociais, na perspectiva de uma crítica radical aos modelos de desenvolvimento imposto pelos países ricos aos demais, além da denúncia da falência dos modelos de desenvolvimento transpostos aos demais, em que o livre mercado se impõe sobre as demais dimensões da vida humana, tais como as diferentes culturas, a diversidade e o respeito ao meio ambiente.

Para Zaoual (2006, p. 32), “... cada sítio é uma entidade que impregna o conjunto da vida em dado meio”. Inclui as crenças, mitos valores e experiências passadas, conscientes e inconscientes, além das ritualizações. Juntam-se a estes aspectos imateriais, os conhecimentos empíricos e/ou teóricos, todo o saber social acumulado durante a trajetória histórica da população residente. Ou seja, os atores territoriais operam segundo seu saber-fazer, suas técnicas e modelos próprios de ação.

Estudos no Brasil, a exemplo de Dorigon (2022), associam a noção de SSP com abordagens convergentes, tais como, sobre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) e Renda de Qualidade Territorial (RQT). Enquanto o enfoque da CBST tem por base a identificação e a valorização via mercados das especificidades dos recursos e ativos territoriais, os quais podem gerar uma RQT, na abordagem dos SSP, a estrutura imaginária de coordenação econômica e social, permite integrar diferentes dimensões, sendo os mercados apenas uma delas. O autor considera que o sentido de pertencimento a um determinado território e a uma

cultura, ganha relevância e pode ser incorporado à produtos e serviços, que valorizam atributos territoriais, tais como as paisagens, o saber fazer, a cultura, a trajetória e história de determinados grupos sociais. Em experiências desta natureza, reafirma-se a relevância de práticas qualificadas de governança territorial.

Portanto, a abordagem sobre sítios simbólicos de pertencimento é mais uma que revaloriza a dimensão territorial, associando valores simbólicos à dinâmica socioeconômica.

A ABORDAGEM SOBRE CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS E A RENDA DE QUALIDADE TERRITORIAL

A abordagem sobre Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) compreende uma estratégia socioeconômica implementada por um coletivo de atores, enquanto a Renda de Qualidade Territorial (RQT) é um enfoque correlacionado e resultante dessa estratégia de valorização de recursos territoriais específicos.

A abordagem teórico-metodológica sobre CBST analisa a oferta articulada de produtos e serviços que valorize recursos e ativos específicos de um território, a partir de um sistema de governança constituído por atores públicos, associativos e privados. Estudos pioneiros de Pecqueur (2001) e Mollard (2001) identificaram a organização de recursos tangíveis juntamente com sua cultura e história, de forma diferenciada do sistema hegemônico de crescimento econômico (Cazella *et al.*, 2020).

No Brasil, vários autores fazem referência a uma CBST, destacando que: (i) a questão central em relação a uma CBST consiste em transformar empreendimentos isolados uns dos outros, de forma a criar uma oferta conjunta, diversificada e coerente de ativos territoriais (Cazella *et al.*, 2020); (ii) a ideia central da abordagem da CBST é a oferta compartilhada de produtos e serviços de qualidade de um determinado território (Turnes *et al.*, 2022); (iii) a inteligência coletiva é destacada, pois desempenha um papel fundamental na trajetória da CBST, ao possibilitar compreender e orientar o processo de emergência e valorização dos recursos, não mais somente em uma lógica econômica, mas em uma lógica de especificação via formas de solidariedade social e ecológica (Hirczak; Janin; Lapostolle, 2022); (iv) numa CBST, ressalta-se a importância dos determinantes socioculturais do consumo e a necessidade de ter em conta os contextos territoriais a fim de compreender os sistemas alimentares (Marie *et al.*, 2022).

Na estratégia de constituição de uma CBST é possível gerar renda, substituindo a produtividade pela especificidade, uma Renda de Qualidade Territorial (RQT), avançando da vantagem comparativa à “vantagem diferenciadora” (Cazella; Dorigon; Pecqueur, 2022). O estudo de Mollard (2001) é considerado uma referência sobre o tema. O autor buscou ressignificar o diferencial de renda associado à qualificação territorial. O autor chama a atenção que somente quando a renda territorial e a renda de qualidade se combinam é que se obtém a RQT.

Na sequência dos estudos sobre RQT, Mollard (2005) aprofunda a análise dos resultados de pesquisa no território de *Baronnies*, dando ênfase à renda de qualidade territorial gerada a partir do preço de venda do azeite de oliva. Para o autor, a renda diferenciada se deve, basicamente, à combinação da qualidade do produto com o território: diferenciação pela qualidade e diferenciação pelo território. Quando essas duas fontes de diferenciação convergem tem-se a geração da RQT. Segundo o autor, a RQT reflete a capacidade dos atores de criar processos institucionais capazes de capturar consumidores dispostos a pagar o preço associado ao ambiente do produto, ou seja, uma renda capaz de identificar uma oferta construída de bens ou serviços específicos.

Portanto, a estratégia de CBST caracteriza-se pela oferta compartilhada de produtos e serviços de qualidade que tenham especificidade, em um determinado território, resultado da ação dos atores territoriais. Apoiar-se em um sistema de governança e na especificação de recursos e ativos, por meio da qual o território se diferencia dos demais. A qualificação da relação entre atores envolvido numa estratégia de CBST com os consumidores dos produtos, cria a possibilidade de gerar uma RQT. Por se referir a uma estratégia socioeconômica profundamente ancorados no território, a CBST apresenta um alto grau de convergência com a abordagem territorial do desenvolvimento.

O ECOMARXISMO

A vertente ecomarxista é a que entende ser necessário reconceituar categorias analíticas do marxismo de modo a dar conta da questão ambiental no capitalismo. Refere-se, em especial, à tendência do sistema de produção capitalista de devorar, dispor e degradar a natureza ao ponto de ameaçar as condições materiais básicas da reprodução humana, em virtude de que, nos seus diferentes momentos da transformação – extração, refinamento, distribuição e uso –, o setor produtivo provoca diferentes formas de exaustão de recursos e poluição. Trata-se, em síntese, da referência à apropriação autodestrutiva do espaço e da natureza exterior, ou seja, do meio ambiente, por parte do capitalismo. O Ecomarxismo defende a superação de tais situações (Dallabrida, 2017).

Assim, o ecomarxismo ou ecossocialismo, defende que a expansão do sistema capitalista é a causa da exclusão social, da pobreza, da exploração e da degradação ambiental. Esta argumentação está sustentada na clássica afirmação de Carl Marx de que a natureza é fonte de riqueza para o capital, assim, as duas fontes de onde emana toda a riqueza seriam a terra e o trabalho. Associa-se a chamada “mais-valia” apropriada pelo empregador por meio de pagamento de salários, à apropriação da natureza, para fins unicamente de acumulação de capital (O'Connor, 2000).

O principal ponto de convergência desta corrente teórica com a abordagem territorial, é sua visão sistêmica e não economicista sobre desenvolvimento, além da forte associação com a questão ambiental.

O ECOFEMINISMO

O movimento ecofeminista sustenta-se na defesa do meio ambiente, na perspectiva de contribuir na sustentabilidade ambiental das comunidades, nas dimensões social, econômica e dos componentes naturais. A relação entre ciência, mulher e natureza estaria entre as primeiras preocupações do movimento ecofeminista, destacando semelhanças entre feminismo e ecologia, unindo o movimento das mulheres com o movimento ecológico, a partir de uma nova visão de mundo, desvinculada da concepção socioeconômica e de dominação (Dallabrida, 2017).

Os princípios gerais do ecofeminismo são assim descritos: (i) do ponto de vista econômico, haveria uma semelhança entre a forma como o pensamento ocidental vê as mulheres e a natureza, ou seja, a dominação das mulheres e a exploração da natureza se originariam da mesma lógica, o interesse na redução de custos e acumulação de capital; (ii) o entendimento de que a sociedade sem a exploração da natureza seria condição necessária para a libertação da mulher; (iii) a argumentação de que as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico não têm sido neutras do ponto de vista de gênero e ambiental, tendo assim apresentado, historicamente, uma tendência à exclusão da mulher das áreas do conhecimento, logo, não contemplando sua visão de mundo (Siliprandi, 2000).

Já Puleo (2019) sustenta que a crítica feminista da ciência alcança a sua máxima intensidade com a teoria ecofeminista, porque, nesta, a análise do androcentrismo se associa à tentativa de superação do antropocentrismo. O androcentrismo é um termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward, que diz respeito às perspectivas que levam em consideração o homem como foco de análise. O androcentrismo, literalmente, está relacionado à noção de patriarcado (Grecco, 2018). Assim, ecofeminismo propugna um modelo científico que substitua o paradigma do domínio da natureza próprio do complexo tecnocientífico, hegemônico no capitalismo contemporâneo.

O ecofeminismo converge com a abordagem territorial em vários aspectos, em especial, trata-se de uma visão de desenvolvimento sustentada nos princípios da sustentabilidade ambiental, da inclusão e equanimidade, além de propugnar uma nova visão de mundo, que supere o domínio da natureza pelo padrão tecnocientífico hegemônico.

O ENFOQUE SOBRE *BUEN VIVIR*

O conceito de *Buen Vivir*, traduzido como "bem viver", é uma filosofia e prática de desenvolvimento sustentável originada nas tradições indígenas dos Andes, especialmente entre os povos *quechua* e *aimará*. Essa abordagem propõe um desenvolvimento mais holístico, voltado para o equilíbrio entre o ser humano, a natureza e a comunidade. Assim, a ideia central do *Buen Vivir* desafia os paradigmas ocidentais de desenvolvimento, os quais, em geral, priorizam o crescimento econômico em detrimento do bem-estar social e ambiental (Dallabrida, 2017), apresentada como forma de resistência e/ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento, fundamentada nas noções de cosmovisão relacional,

enunciados no Sul Global e subalternizadas por mais de cinco séculos de colonialidade (Silva; Guedes, 2017).

Para Gudynas (2011) a abordagem sobre *Buen Vivir* ocupa um lugar de destaque pelo seu propósito de contestação da racionalidade do padrão de desenvolvimento atual, por relacionar o bem estar unicamente às posses materiais, o que somente poderá ser resolvido pelo mercado. Contrariamente, põe acento na qualidade de vida como elemento crucial, dá destaque aos saberes ancestrais e/ou tradicionais, questionando a base antropocêntrica do desenvolvimento, que faz com que tudo seja valorizado em função da utilidade para os seres humanos, além da relativização dos aspectos afetivos.

Já Anhulst e Beling (2013), apresenta a abordagem sobre *Buen Vivir* como uma construção discursiva contemporânea que representa um padrão cultural que emergiu na América Latina, em resposta aos problemas vitais da vida coletiva, teorizada na esfera acadêmica e traduzida em princípios normativos que permearam a esfera política, particularmente, pela sua inserção nas constituições do Equador e da Bolívia. Dentre os princípios, destacam-se: (i) *harmonia com a natureza* - propõe um relacionamento equilibrado com o meio ambiente, onde os recursos naturais são usados de forma responsável e respeitosa, reconhecendo a interdependência entre humanos e natureza; (ii) *bem-estar coletivo* - ao invés da priorização do crescimento individual e do consumo, valoriza o bem-estar coletivo, promovendo uma economia de cooperação e reciprocidade; (iii) *diversidade cultural e identidade* - valoriza a pluralidade e a preservação das culturas indígenas e locais, incentivando a convivência harmoniosa entre culturas e a transmissão de saberes tradicionais; (iv) *autonomia comunitária* - o conceito inclui o respeito pela autonomia das comunidades locais em relação ao uso e à gestão de seus recursos; (v) *equidade e justiça social* - busca combater desigualdades, promovendo políticas que garantam acesso igualitário aos recursos e aos direitos básicos, como saúde, educação e trabalho.

Portanto, por mais que os princípios que regem a abordagem sobre *Buen Vivir* pareçam utópicos, o que não é verdade pois são exequíveis, tratam-se de valores que, desde que colocados em prática, convergiriam plenamente aos propósitos do enfoque territorial do desenvolvimento.

O ENFOQUE SOBRE ECOVILAS

O termo Ecovilas, em geral, é utilizado para se referir a pequenas comunidades autossuficientes que vivem por e para o meio natural. Elas são localizadas prioritariamente em áreas rurais e seus habitantes constroem sociedades baseadas na cooperação, no autoconsumo, nas energias renováveis e nos materiais ecológicos. Portanto, além do princípio da autossuficiência, a sustentabilidade é entendida no seu sentido mais profundo (Dallabrida, 2017).

Roysen e Mertens (2018), ao fazerem um estudo sobre ecovilas no Brasil, concluem que o nicho das ecovilas, embora crie “espaços protegidos”, ao contrário do entendimento

dominante, não está isolado dos processos políticos e sociais, sendo atores importantes a serem incluídos nos debates sobre os rumos para o desenvolvimento sustentável. Dias et al. (2017) afirma que a noção de sustentabilidade, inadequadamente utilizada como sinônimo de desenvolvimento sustentável, tem relação com “[...] continuidade temporal e, consequentemente, com responsabilidade nas ações, não só para com as gerações futuras, mas também com as atuais, e não só para com a humanidade como espécie isolada, mas como parte de um complexo sistema geobiofísico” (p. 81). Além disso, os ideais de sustentabilidade claramente incorporam também a qualidade dessa permanência, o que fica evidenciado, por exemplo, nas preocupações relativas à justiça social. Assim, as implicações práticas da busca pela sustentabilidade ainda são insuficientemente assumidas.

Portanto, o que se constata é que o enfoque sobre Ecovilas, também aprofundado Capelo (2013) e Cunha (2010), converge com a perspectiva epistêmico-teórica da abordagem territorial do desenvolvimento, em especial, pela sua ênfase na sustentabilidade ecológica e social.

OS ENFOQUES SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTAIS E AGROALIMENTARES

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) referem-se às concentrações de atividades produtivas caracterizadas pelo uso de plantas arbóreas, arbustivas e herbáceas, consorciadas com espécies agrícolas ou forrageiras, com ou sem a presença animal, mas obrigatoriamente associadas às espécies florestais, integradas territorialmente, gerando usos múltiplos do solo e, ao mesmo tempo, novas alternativas de trabalho e renda. Nos dois casos, o setor de serviços pode estar, ou não, integrado, por exemplo, com atividades relacionadas ao turismo (rural, histórico, ou ambiental), à gastronomia e hotelaria, além de empresas de consultoria ambiental, empresas de turismo ou de administração de serviços ambientais (May; Trovatto, 2008).

Entre os benefícios ambientais dos sistemas agroflorestais, destacam-se: (i) o fornecimento de habitat para espécies da fauna e flora; (ii) oportunizar alternativa mais produtiva e sustentável aos sistemas convencionais de exploração dos recursos naturais; (iii) constituir corredores ecológicos, trampolins ou zonas de amortecimento, favorecendo a conservação de espécies sensíveis da flora e fauna; (iv) fornecer serviços ecossistêmicos como sequestro de carbono, melhoria da qualidade do ar, da água e do solo, além da conservação da biodiversidade (Radomski; Lacerda; Kellermann, 2014; Schembergue *et al.*, 2017). Abordagem sobre biodiversidade e geossítios, explorada por Brilha (2016), converge com o enfoque sobre sistemas agroflorestais e agroalimentares.

Os SAFs aumentam a multifuncionalidade da agricultura, contribuindo não só para a soberania alimentar e produtiva de milhares de famílias, mas também para a economia comunitária e a proteção da biodiversidade. Esses sistemas têm demonstrado resiliência a eventos climáticos extremos, além de que a propagação de SAFs de base agroecológica pode ter impacto positivo na subsistência, resiliência e soberania das comunidades agrícolas. O

sucesso vai depender do uso de um conjunto de práticas que, além da diversificação de produtos, favoreçam o melhor uso dos recursos locais e valorizem o capital humano por meio de capacitações (Altieri; Nicholls, 2011).

Já os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) referem-se às concentrações de produtores rurais e pequenas empresas de transformação alimentar ou de serviços, ancoradas territorialmente, tendo por base os ativos e recursos específicos de um território, cuja dinâmica de integração seja sustentada em parcerias entre atores públicos e privados. O conceito de SIAL foi introduzido para ressaltar a capacidade de algumas comunidades de produtores agroalimentares na valorização dos recursos locais e o desenvolvimento de inovações resultantes das interações entre produtores, instituições locais e consumidores. Trata-se de processos em que as organizações socioeconômicas territoriais intervêm nos processos de produção, nos modos de valorização de recursos e também na construção de valor simbólico dos produtos e na valorização das representações dos consumidores (Dallabrida, 2017).

Nas abordagens teóricas sobre SIAL, alguns autores destacam mais a ideia de criar um instrumento de desenvolvimento territorial baseado na identificação e a ativação dos recursos específicos de um território. Outros dão destaque à articulação do setor produtivo com a dinâmica territorial, originando um modelo de desenvolvimento que valorize os recursos (naturais e humanos) específicos do território, desde o ponto de vista da sustentabilidade (Fournier; Muchnik, 2012). Outros autores apontam, além dos fatores já lembrados, o sistema SIAL como alternativa para a dinamização da agricultura familiar (Borges de Souza; Fornazier; Delgrossi, 2020).

Ambos os enfoques - sistemas agroflorestais e agroalimentares - têm em comum a opção por uma abordagem sistêmica em relação aos sistemas produtivos, convergindo neste e em vários outros aspectos com a abordagem territorial do desenvolvimento. É um passo importante para a superação da perspectiva "produtivista" (Dallabrida; Benedetti, 2016). Aliás, esse é também um debate que precisa ser feito ao darmos destaque à abordagem territorial do desenvolvimento.

A CONTRIBUIÇÃO DE VANDANA SHIVA

Dentre os autores que apresentam contribuições importantes sobre desenvolvimento na atualidade, com posições mais radicais, é possível mencionar Vandana Shiva, uma ecologista, ativista e intelectual indiana cujas mensagens centram-se principalmente em questões ambientais, agricultura sustentável e justiça social.

Shiva (2017) traz importantes análises e dados sobre a crise alimentar em que se vive hoje, e demonstra como o paradigma da agricultura industrial está matando e destruindo o nosso planeta. Ao mesmo tempo, a autora oferece perspectivas e experiências práticas de erradicação da fome, da proteção do planeta e das pessoas através do paradigma da agricultura ecológica. Na sua essência, faz um questionamento de onde vem a comida com

que nos alimentamos hoje e sobre a atual crise alimentar que estamos vivendo, questionando o modelo da agricultura industrializada dos últimos 50 anos, que se baseia em monocultivos, na utilização dos fertilizantes e pesticidas químicos, nas sementes patenteadas pelas corporações, nos organismos geneticamente modificados e no agronegócio.

A publicação de 2017 complementa o que defendeu em uma anterior - *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia* -, com tradução para o português (Shiva, 2003), em que condena a visão limitada do sistema capitalista sobre a natureza, tratando-a apenas como uma fonte de recursos. Ela critica o uso excessivo de biotecnologia e a prática das monoculturas, que impactam negativamente o meio ambiente e a diversidade genética das plantas.

Nas duas publicações destacadas, Vandana Shiva faz uma crítica radical ao sistema agrícola industrial e à globalização, destacando o impacto desses fatores sobre as comunidades locais, o meio ambiente e a biodiversidade. Também faz um apelo à democratização das decisões sobre o uso dos recursos naturais e a produção de alimentos, criticando a imposição de monocultivos pelo mercado internacional, defendendo a preservação das sementes tradicionais, destacando a importância da diversidade agrícola e o direito dos agricultores a preservar, trocar e cultivar suas próprias sementes, sem dependência de grandes corporações. Portanto, dialoga profundamente com princípios que são defendidos pela abordagem territorial do desenvolvimento.

As correntes teóricas apresentadas nesta seção do texto, como destacado, em maior ou menor grau, têm convergências com a abordagem territorial do desenvolvimento e a concepção de desenvolvimento territorial. São referentes importantes para avançarmos rumo ao enfoque territorial do desenvolvimento.

E SE PENSARMOS EM UM PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO QUE SE ORIENTE EM PRINCÍPIOS?

Nesta seção do texto faz-se referência à abordagem sobre desenvolvimento proposta em um livro publicado recentemente, denominado *Desenvolvimento, ser ou não ser, eis a questão! Ideias para repensar o entendimento atual sobre desenvolvimento e validar a noção de "desenvolvimento territorial"* (Dallabrida, 2024). O livro propõe uma reflexão profunda sobre as concepções atuais de desenvolvimento, questionando a validade de modelos tradicionais que ainda associam crescimento econômico como seu principal critério explicativo. No decorrer de nove capítulos, o autor procura defender e justificar a tese de que "qualquer estratégia de dinamização socioeconômica que não leve em consideração três princípios - *sustentabilidade, felicidade e bem comum* -, não poderia ser chamada de desenvolvimento".

Ao se referir ao princípio da sustentabilidade e à visão sobre meio ambiente, o autor destaca as duas concepções, a *biocêntrica* com o entendimento de que a natureza assume um valor que lhe é próprio, o qual não pode ser substituído, e a *coevolutiva*, que defende que existe

capacidade quase infinita de substituição dos recursos naturais. No que se refere à relação entre o ser humano e a natureza, segundo a concepção biocêntrica, o ser humano deve se integrar e se submeter à lógica dos sistemas naturais, pois depende da natureza. A concepção coevolutiva entende que o homem está acima da natureza, ele toma posse e exerce domínio sobre ela, por meio do trabalho e da tecnologia, visando atender suas necessidades.

Dallabrida (2024) ressalta que essa segunda visão de sustentabilidade é a que orienta indivíduos, grupos sociais, empresas e até governantes que consideram os cuidados com a preservação ambiental como limitadores do crescimento econômico. É uma visão limitada, pois esquecem que não haverá sustentabilidade na dimensão econômica, social e política se não for mantida a sustentabilidade ambiental. Para exemplificar, uma atenção é dada ao setor agropecuário, que enfrenta tensões entre a produtividade e os impactos ambientais, uma discussão notadamente relevante para nosso contexto atual. Como é amplamente sabido, a agricultura industrial, embora produtiva, causa sérios problemas de poluição e contaminação. Em contrapartida, a agroecologia é apresentada como uma alternativa viável, pois integra saberes tradicionais e conhecimentos científicos para promover uma prática agrícola sustentável. Infelizmente, a concepção coevolutiva é dominante na orientação das atividades produtivas e do comportamento humano, questão a ser superada para se pensar no desenvolvimento com sustentabilidade ambiental.

O segundo princípio destacado na referida publicação é a noção de bem comum, a qual se refere ao que é de interesse público, ou seja, tudo o que possa favorecer, ser usufruído e beneficiar a uma sociedade como um todo, não se restringindo a um pequeno grupo. Dialoga com a noção de “recursos de uso comum”, proposta por Elinor Ostrom (1990), termo utilizado para se referir a um sistema de recursos naturais ou criados pelo homem, suficientemente grande para ser difícil excluir algum beneficiário.

Dallabrida (2024) destaca ainda que entre os recursos naturais considerados recursos de uso comum, um deles é a atmosfera. As diferentes formas de poluição da atmosfera, pela ação do homem, são prejudiciais por não proporcionarem um ambiente ideal para a vida de animais, vegetais e os seres humanos. As emissões de gás carbônico e metano, são os dois principais gases nocivos que provocam o efeito estufa. Isso pode ocorrer pelo lançamento de gás carbônico na atmosfera, por exemplo, pelas indústrias ou os carros movidos a combustível fóssil, como o petróleo. Outra atividade produtiva é a pecuária bovina, a qual é responsável pela emissão de uma parcela significativa dos gases que provocam o efeito estufa. Portanto, o fato de que poucos setores produtivos são responsáveis por grande parte da poluição atmosférica, configura uma atitude de tolhimento do direito das diferentes espécies de vida se beneficiarem de um recurso que deveria estar disponível de forma suficiente para o uso comum.

A água disponível no planeta Terra, seja na forma de nascentes subterrâneas que alimentam os poços, a água dos rios, lagos e mares, lembra Dallabrida (2024), é outro importantíssimo recurso natural de uso comum. Portanto, a água não é de propriedade de quem seja dono de

uma área de terra que contenha uma nascente, um rio ou lago, exigindo controle no seu uso. Outro importantíssimo recurso natural de uso comum é a vegetação, ou as áreas florestais. Assim, manter as florestas e replantar árvores nativas é uma forma de preservar um bem para usufruto de toda a sociedade. Por fim, só para citar os principais, entre os recursos naturais de uso comum estão os elementos de uma paisagem natural, seja uma área de preservação ambiental, uma área que possua uma cascata que possa ser apreciada, uma paisagem formada por determinado tipo de vegetação, um local que possa proporcionar a contemplação humana ou uma paisagem formada por uma praia.

Em todos os casos citados – atmosfera, florestas, água -, o direito de uso comum, seja pela humanidade, ou pelas demais espécies de vida, é tolhido, na medida em que ocorre poluição das águas pela ação de humanos, a devastação de florestas, a ocupação privada de áreas de preservação ambiental, ou de áreas liberadas ao livre acesso, como o caso de paisagens com recursos naturais únicos, ou as praias. Da mesma forma que os recursos naturais, os recursos criados pelo homem, estão entre os bens de uso comum, portanto, exigindo sua preservação e conservação para usufruto coletivo das atuais e futuras gerações. Só assim, é possível falar em desenvolvimento e, principalmente, em desenvolvimento sustentável (Dallabrida, 2024).

Já o princípio da felicidade, proposto por Dallabrida (2024), esta refere-se a uma emoção básica, em geral, caracterizada por um estado emocional positivo. É uma emoção que revela um sentimento de bem-estar, de alegria e de prazer, portanto, de agrado e satisfação. O estado de felicidade está associado à percepção de sucesso, ao sentimento de ter obtido êxito em algo, de ter conseguido chegar ao final de uma caminhada, de ter conseguido atingir um objetivo, enfim, de ter um resultado satisfatório em relação a algo que a pessoa humana estava esperando acontecer. Ainda, o sentimento de felicidade está associado à capacidade de compreender, de entender o que ocorre no mundo, de demonstrar lucidez. É importante destacar que a lucidez é outra característica de quem é feliz, ao poder expressar com clareza suas ideias e argumentos e estar utilizando adequadamente suas faculdades mentais.

Atualmente existem vários estudos que associam desenvolvimento e felicidade. Partindo do princípio de que um processo de desenvolvimento deva contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, é indispensável que desejemos que essas pessoas vivam minimamente felizes. Ocorre que quando analisamos uma determinada experiência de desenvolvimento, que admitimos ser exitosa, nossos critérios de análise, muitas vezes, se resumem aos dados quantitativos. Com maior frequência as análises são baseadas em índices que revelam a situação e os avanços na dimensão econômica, ambiental ou social. Essas análises são dimensionais, portanto, não conseguem avaliar a realidade como um todo, logo, não conseguem avaliar o quanto felizes estão as pessoas que vivem em determinado lugar (Dallabrida, 2024).

Ou seja, há base científica para se relacionar felicidade e desenvolvimento. Segundo os especialistas no tema, os relacionamentos familiares, a situação financeira, o trabalho, as relações na comunidade e com amigos, a saúde, a liberdade pessoal e os valores, em geral,

são considerados como parâmetros para mensurar a felicidade individual. No entanto, existe uma visão utilitarista de felicidade, que se baseia na ideia de que as condutas adotadas devem promover a felicidade ou prazer, evitando assim as ações que levam ao sofrimento e à dor, com base na ideia de que as ações são consideradas certas quando tendem a maximizar sua utilidade. O princípio da utilidade defende a aprovação ou desaprovação de qualquer ação, na medida em que a execução desta ação venha aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa, cujo interesse está em jogo (Ahmed, 2019).

Mas existe outra visão de felicidade, além da concepção utilitarista, que parece dialogar melhor com a realidade contemporânea, que é relacionada ao “essencialismo”. O essencialismo é um conceito filosófico que se relaciona com a ideia de “essência”. É uma forma de pensar, na qual se seleciona o que é essencial e se procura eliminar o que não seja útil. Como método de ação, em um comportamento essencialista, procura-se selecionar quais tarefas, pessoais ou profissionais, precisam ser feitas e quais podem ser eliminadas, tornando a execução das tarefas ou funções mais objetiva e leve (Dallabrida, 2024).

Mas a autora Julián Marías (1998) lembra que a busca da felicidade merece uma reflexão crítica, devido ao fato de que as estruturas sociais determinam, senão total ao menos parcialmente, a possibilidade, as formas e os conteúdos concretos das trajetórias de felicidade das pessoas. Ou seja, por meio de muitas fontes, atualmente se destacando as redes sociais, se estabelece um certo *status*, ou seja, a melhor condição do que seja felicidade, veiculando tipos de ideias, concepções, aspirações, desejos, sentimentos e emoções. Infelizmente, muitas pessoas utilizam esses parâmetros para medir seu grau de felicidade. Assim, dependendo da posição socioeconômica dessas pessoas, talvez, as pessoas se sujeitem a viver a vida toda em busca de algo que muitas vezes é inalcançável. Outras vezes, se privam do que seria essencial para seguir certos padrões de comportamento divulgados nas redes sociais.

Portanto, para se relacionar felicidade com desenvolvimento, podemos concluir que a visão essencialista de felicidade tem mais contribuições para entender as razões dessa relação. Parece mais adequado ter como parâmetro do estado de felicidade, a ideia de felicidade relacionada aos projetos de vida, às metas e aos objetivos das pessoas. Em especial, são projetos, metas e objetivos que dizem respeito aos relacionamentos familiares, à situação financeira, ao trabalho, às relações na comunidade e com amigos, à saúde, à liberdade pessoal e aos valores que defende. De uma forma comparada, o sucesso ou o fracasso, em relação aos projetos, às metas e aos objetivos que foram estabelecidos coletivamente por uma sociedade localizada em um território, região ou município, podem ser considerados parâmetros para avaliar a situação de desenvolvimento, ou não-desenvolvimento. Não basta, portanto, haver dinamismo econômico nesses lugares, se não houver um sentimento de satisfação, de realização, de atingimento dos objetivos, de parte de todos os segmentos da sociedade (Dallabrida, 2024).

Assim, um ambiente social que respeito aos preceitos da sustentabilidade, em que a posse dos recursos e ativos territoriais respeitem o direito de uso comum e onde impere um sentimento de satisfação, de realização, de atingimento dos objetivos e projetos de vida das pessoas, pode sim, ser considerado uma sociedade desenvolvida.

Portanto, no livro referido, o autor propõe que uma concepção de desenvolvimento que supere a concepção tradicional, tentativa elaborada por autores laureados, e complementa a perspectiva interdisciplinar e sistêmica, precisa estar sustentada em três princípios básicos, a sustentabilidade, o bem comum e a felicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresenta um conjunto de contribuições para o avanço e aprofundamento das abordagens sobre o desenvolvimento, tendo como perspectiva o enfoque territorial. Sem esgotar a temática, a partir de uma abordagem epistêmico-teórica, revela-se o esgotamento e as limitações quanto aos estudos das abordagens sobre desenvolvimento que ainda se aproximam da noção de crescimento econômico.

Após sistematizar contribuições dos autores laureados para o Prêmio Nobel de Economia e, em especial, as contribuições sistêmicas e/ou interdisciplinares sobre desenvolvimento, convergentes com o enfoque territorial, atende-se ao propósito central deste texto, fazendo uma proposição provocativa, na qual propõe-se um padrão de desenvolvimento que se oriente em princípios, tais como, a sustentabilidade, o bem comum e a felicidade.

Reconhecendo a complexidade e necessárias abordagens inovadoras, essas reflexões analíticas e indicativas aduzem à continuidade e ampliação de estudos sobre as temáticas do desenvolvimento territorial, evoluindo para a consolidação de concepções sistêmicas e multidisciplinares. Com estes avanços, tem-se como propósito melhor entender a problemática evolutiva e transformadora da sociedade, aprimorando as compreensões e as capacidades de gerar fundamentos, princípios, estratégias, mecanismos e instrumentos para contribuir tanto com a evolução das ciências, quanto com a validação da noção sobre desenvolvimento territorial.

Reconhece-se que a abordagem do tema desenvolvimento aqui realizada, exigiria aprofundamento, em especial, fazendo correlações entre as visões sobre desenvolvimento propostas pelos autores laureados, com as visões sistêmicas e interdisciplinares mencionadas e, por fim, com a visão sobre desenvolvimento sustentada nos princípios da sustentabilidade, do bem comum e da felicidade, proposta em Dallabrida (2024). Mas essa é uma tarefa a ser assumida na sequência dos estudos que resultaram neste texto.

REFERÊNCIAS

AHMED, S. **La promesa de la felicidad**. Una crítica cultural al imperativo de la alegría. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.

- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. O potencial Agroecológico dos Sistemas Agroflorestais na América Latina. **Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 31-34, 2011.
- ANHULST, J.; BELING, A. E. El Buen vivir: una utopía latinoamericana en el campo discursivo global de la sustentabilidad. **Polis, Revista Latinoamericana**, v. 12, n. 36, p. 497-522, 2013.
- BRILHA, J. Inventory and quantitative assessment of geosites and geodiversity sites: a review. **Geoheritage**, v. 8, n. 2, p. 119-134, 2016.
- BORGES DE SOUZA, A.; FORNAZIER, A.; DELGROSSI, M. E. Sistemas agroalimentares locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. 1-20, 2020.
- CAPELO, G. **Meio ambiente & Ecovilas**: 21. São Paulo: Senac/São Paulo, 2013.
- CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; PECQUEUR, B. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê "desenvolvimento rural e a cesta de bens e serviços territoriais". **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 1-21, 2022.
- CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da "Cesta de Bens e Serviços Territoriais": seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 196-206, 2020.
- CUNHA, E. A sustentabilidade em Ecovilas: desafios, propostas e o caso da Ecoovila 1 – ARCOO. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 4, n. 1, p. 113-126, Jan./Abr./2010.
- COSTAMAGNA, P.; DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDE, P. L.; ROTTA, E.; PARA, J.; ROJO, L.; DELBON, S.; QUADROS, D. A. O desafio da transversalidade frente à complexidade e multidimensionalidade dos territórios: a experiência de Rafaela na Argentina e do Projeto ProPAT no Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, ano 22, n. 61, e16487, Edição Especial, 2024.
- DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento, ser ou não ser, eis a questão!** Ideias para repensar o entendimento atual sobre desenvolvimento e validar a noção de "desenvolvimento territorial". Curitiba: Editora CRV, 2024.
- DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDE, P. L.; ROTTA, E.; BRUM, A. L. O debate sobre abordagem territorial do desenvolvimento: uma apresentação do tema. **Desenvolvimento em Questão**, ano 22, n. 61, e16487, Edição Especial, p. 1-19, 2024a.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; ROTTA, E.; CARNIELLO, M. F.; MUELLER, A. A.; DENARDIN, V. F.; MENEZES, E. C. O.; ANDRADE, A. A. V.; GUMIERO, R. G.; NUNES, E. M. Multidimensional index of territorial heritage activation: a methodological reference for territorial strategic planning. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, v. 44, n. 145, p. 37-59, 2024b.

DALLABRIDA, V. R.; MUELLER, A. A.; ANDRADE, A. A. V.; CARNIELLO, M. F.; BUTTENBENDER, P. L.; GUMIERO, R. G.; DENARDIN, V. F.; ROTTA, E.; MENEZES, E. C. O. (2023). Índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial: uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, ano 21, n. 59, p. 1-21, 2023.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: Editora CRV, 2017.

DI MÉO, G. Processos de patrimonialização e construção de territórios. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 5, n. esp. 1, p. 03-23, dez. 2014.

DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 114-133, 2022.

FOURNIER, S.; MUCHNIK, J. El enfoque "SIAL" (Sistemas Agroalimentarios Localizados) y la activación de recursos territoriales. **Agroalimentaria**, v. 18, n. 34, p. 133-144, enero-junio, 2012.

GRECCO, F. S. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao *homo economicus*. **Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 105-134, ago./dez. 2018.

GUDYNAS, E. Buen Vivir: Germinando alternativas al desarrollo. **ALAI**, n. 462, p. 1-20, fev. 2011.

HIRCZAK, M.; JANIN, C.; LAPOSTOLLE, D. A cesta de bens e serviços territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 23-40, 2022.

LATOUCHE, S.; NOHRA, F.; ZAOUAL, H. (Org.). **Critique de la raison économique**. Introduction à la théorie des sites symboliques. Paris: L'Harmattan, 1999.

MARIE, M.; GUILLEMIN, P.; DARROT, C.; PECQUEUR, B. A composição social do território na constituição das Cestas de Bens e Serviços: o exemplo da estruturação local dos circuitos curtos de proximidades alimentares na França. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 41-59, 2022.

MARTÍNEZ YÁÑEZ, C. Patrimonialización del territorio y territorialización del patrimonio. **Cuad. Art. Gr.**, n. 39, p. 251-266, 2008.

MARTINS, G. I. O planejamento biorregional como estratégia de gestão ambiental no mosaico Sertão Veredas Peruaçu – norte de Minas Gerais. **Revista Formação**, v. 25, n. 44, p. 179-208, jan-abr/2018.

MARTINS, G. I. Da região natural à biorregião: a natureza como fundamento para a divisão do espaço geográfico. **Revista da ANPEGE**, v. 13, n. 21, p. 42-72, 2017.

MAGNAGHI, A. La bioregione urbana, strumento multidisciplinare del progetto eco-territorialista. In: MAGNAGHI, A.; MARZORCCA, O. **Ecoterritorialismo**. Firenze: Firenze University Press, 2023, p. 89-102.

MAGNAGHI, A. **Il principio territoriale**. Turim: Bollati Boringhieri Editor, 2020.

MARÍAS, J. **La felicidad humana**. Ciudad de México: Alianza Editorial, 1998.

MARZOCCA, O. Territorialismo, eco-territorialismo, bioregionalismo: genesi, contesti, motivazioni. In: MAGNAGHI, A.; MARZORCCA, O. **Ecoterritorialismo**. Firenze: Firenze University Press, 2023, 1-15.

MAY, P. H.; TROVATTO, C. M. M. **Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica**. Brasília: Ministério do desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura familiar, 2008.

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. **Économie rurale**, v. 263, n. 1, p. 16-34, 2001.

MOLLARD, A. Le “panier de biens” des Baronniees. Comment valoriser les qualités spécifiques d'un territoire. **Revue Paysans**, n. 293, p. 01-06, 2005.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? **Papeles de población**, Año 6, n. 24, p. 9-35, abril-junio/2000.

OSTROM, E. **Governing the Commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Indiana University/University Press, 1990.

PANHUYS, H. **Do desenvolvimento global aos sítios locais**: uma crítica metodológica à globalização. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

SILVA, K. P.; GUEDES, A. L. *Buen Vivir* Andino: Resistência e/ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 3, p. 662-6693, Jul./Set. 2017.

POLI, D. Patrimonio territoriale e bioregione urbana: la riscoperta delle morfologie del territorio. **U+D – Urbanform and Desing**, n. 20, p. 14-21, 2023.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie rurale**, v. 261, n. 1, p. 37–49, 2001.

PULEO, A. H. Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico. Tradução de Carlos Fils Puig. **Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência**, n. 5, p. 163–173, 2019.

RADOMSKI, M. I.; LACERDA, A. E. B.; KELLERMANN, B. **Sistemas agroflorestais**: restauração ambiental e produção no âmbito da Floresta Ombrófila Mista. Colombo (PR): Embrapa Florestas, 2014, p. 9–47 (Documentos 276).

SCHEMBERGUE, A.; CUNHA, D. A.; MATOS CARLOS, S.; PIRES, M. V.; FARIA, R.M. Sistemas Agroflorestais como estratégia de adaptação aos desafios das mudanças climáticas no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, V. 55, n. 1, p. 9–30, jan.-mar./2017.

SHIVA, V. **¿Quién Alimenta Realmente al Mundo?** El fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología. Trad. Amelia Pérez Villar. Madrid: Capitán Swing, 2017.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p. 61–70, jul/dez. 2000.

SILVA, M. L. Decolonialidade como dádiva: o mito do pretérito mais que perfeito. **Educação e Filosofia**, v. 38, art. 66188, p. 1–49, 2024.

SILVA, W. A. Biorregionalismo: conceito e aspectos. *Revista GeoSertões*, v. 6, n. 12, p. 70–82, 2023.

THIOLENT, M. Apresentação. In: ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 7–11.

TURNES, V.; CAZELLA, A. A.; PECQUEUR, B.; GUZZATTI, T. C. Monitoramento de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 224–240, 2022.

ZAOUAL, H. *O homo situs* e suas perspectivas paradigmáticas. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13–39, 2010.

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França/COOPE/UFRJ, 2006.

¹ Este texto está inserido no conjunto de estudos epistêmico-teóricos realizados no contexto da execução do projeto de pesquisa "*Validação de metodologia com enfoque territorial e aproximações com abordagens convergentes*", como Bolsa Sênior (CNPQ), executada junto ao PPGDR da UNIJUI (Ijuí-RS) no período 2024/2025.